



EDITAL DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 011/2026
(Processo Administrativo nº 07129/2026)

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas-Ba**, por meio da sua Comissão de Contratação, designada nos termos do Decreto nº 5.650/2026, de 18/05/2026, realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, obedecendo-se as regras deste Aviso.

Data da sessão: 07/07/2026 das 09h às 15h

Link: <https://www.licitanet.com.br/>

Maiores Informações: Através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente tem por objeto a contratação de empresa especializada, por meio de Dispensa de Licitação, para o fornecimento de sistema informatizado para apoio à governança e às atividades do Controle Interno do Município de Lauro de Freitas. A solução deve contemplar a implantação e a operação de um painel de monitoramento contínuo e automatizado do Portal da Transparência municipal, integrando funcionalidades voltadas ao acompanhamento, à análise e à geração de relatórios sobre o estrito cumprimento das normas de transparência pública e a qualidade das informações divulgadas.

1.2. A contratação ocorrerá em lote único, conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Métrica	Qtde	PREÇO ESTIMADO	
				Média Unitária (R\$)	Média Total (R\$)
1	Licença para uso de sistema informatizado de apoio à governança do controle interno, mediante implantação e operação de painel de monitoramento contínuo e automatizado do portal de transparência do município.	MÊS	12	R\$2.680,50	R\$32.166,00
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$32.166,00	

1.3. Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente Dispensa Eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Banco do Brasil, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

2.1.1.O procedimento será divulgado no <https://www.licitanet.com.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.1.2.O Portal de Compras poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo <https://www.licitanet.com.br/>.



2.1.3.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1.que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2.estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3.que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4.organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.2.5.sociedades cooperativas; e

2.2.6.Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/21.



3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
 - 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 3.9.3. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - 3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91.
 - 3.9.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.



- 3.10. O fornecedor enquadrado como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
- 3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances para cada lote, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 10,0 (dez reais)**.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 4.8. O Licitante detentor da melhor oferta do Lote deverá, no prazo de 02 (duas) horas, enviar, em campo próprio por meio do sistema <https://www.licitanet.com.br/> a sua Proposta de Preços



Reformulada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso, para que sejam submetidos à análise por Profissional Técnico competente, Servidor desta Administração ou não, o qual prestará Assessoria a Agente de Contratação.

4.8.1. É facultado a Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.8.2. O não encaminhamento dos documentos, conforme prazo estipulado no subitem 4.8 deste edital, caracterizará desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis

4.9. Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o Agente de Contratação autuará processo administrativo para apenação da(s) licitante(s) convocada(s), conforme Item 8 e seus Subitens.

4.10. É facultado à Administração a solicitação de amostras a licitante declarada arrematante, referente ao(s) item(ns) do objeto desta contratação e/ou, sempre que possível, para verificação das características conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada, no período de 03 (três) dias úteis a contar da data da solicitação. Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/BA, as referidas amostras deverão ser substituídas por outras que satisfaçam plenamente a todas as especificações contidas no Termo de Referência. Para tanto será concedido o prazo máximo 2 (dois) dias úteis após a análise.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários;

5.3.1. Caso a empresa arrematante tenha registrado lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço estimado pela administração, além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.3.2. Para a comprovação dos preços ofertados e demais encargos (transporte, taxas, imposto etc) poderá ser solicitado a apresentação de Notas Fiscais e documentos equivalentes, que deverão ser apresentados no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a solicitação.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, a Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, legislação correlata e nos itens 2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:



- 5.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.5. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “5.4.2 e 5.4.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 5.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.
- 5.7. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 5.7.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 5.7.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.8. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.9.1. conter vícios insanáveis;
- 5.9.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.9.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.10. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.10.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.10.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



- 5.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/21**, conforme abaixo elencados, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, devendo ser encaminhados no prazo de 02 (duas) horas após a convocação do Agente de Contratação no portal, sob pena de desclassificação.

6.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Para a comprovação da habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

- a) cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário Individual: Requerimento de Empresário, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), emitido através do Portal do Empreendedor.
- d) Sociedade Empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- e) Sociedade Simples: Ato constitutivo, devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- f) Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização para funcionamento.

6.1.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Para a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativa a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive as contribuições sociais previstas na alínea "a" do



parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 1991.

- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeito de negativa.
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

Caso o licitante seja isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição por meio de declaração da respectiva Fazenda ou documento equivalente.

6.1.3 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial e Insolvência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da entrega das propostas.

6.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1.4.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter prestado os serviços em características e prazo similares ao da presente contratação.

6.1.4.2. Preferencialmente, os atestados deverão apresentar o reconhecimento da firma do emitente e conter: discriminação dos serviços e período da sua realização. Deve ser assinado pela autoridade máxima do órgão ou da empresa ou por pessoa que exerce função de chefia do órgão ou da empresa.

6.1.4.3. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

6.2 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:

- a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



6.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

6.3.1 SICAF;

6.3.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

6.3.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.3.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

6.3.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

6.3.9 Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento, ou, por disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 1 (um) dia, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2.3. O Termo de Contrato e os documentos assinados eletronicamente com certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, não necessitam de reconhecimento de firma, por garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/21;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa técnica e comprovação de vantajosidade à Administração, nos termos do art. 82, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Serão aplicadas sanções administrativas à CONTRATADA que cometer qualquer prática considerada ilícita conforme exposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas tendo por base a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo incidir, em caso de descumprimento contratual, multas ou descontos, bem como, em casos mais graves, rescisão.

8.2. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

8.3. As sanções aplicadas serão registradas no SICAF ou sistema equivalente, para fins de controle e publicidade, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 As condições estabelecidas neste Termo de Referência serão complementadas e detalhadas no Edital e no respectivo instrumento contratual ou Ata de Registro de Preço, os quais regerão a execução do objeto, observando-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata, bem como das normas de direito público aplicáveis às contratações administrativas.

9.2 A execução do fornecimento deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e segurança, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando o adequado atendimento das necessidades públicas e a continuidade dos serviços administrativos no âmbito das Secretarias Municipais e suas respectivas unidades.

9.3 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração, poderá:

9.3.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.3.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.3.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.3.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.4 As providências dos subitens 9.4.1 e 9.4.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).



9.5 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.6 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.8 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.9 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.11 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.12 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.13 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.14.1 ANEXO I - Termo de Referência;

9.14.2 ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta de Preços;

9.14.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

9.12.4 ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/2006 EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP);

9.12.5 ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021;

9.12.6 ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSITIVO NO INC.XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Lauro de Freitas, 30 de junho de 2026.

HEIDER DO VALE ALMEIDA PINHEIRO
Diretoria de Licitações



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada, por meio de Dispensa de Licitação, para o fornecimento de sistema informatizado para apoio à governança e às atividades do Controle Interno do Município de Lauro de Freitas. A solução deve contemplar a implantação e a operação de um painel de monitoramento contínuo e automatizado do Portal da Transparência municipal, integrando funcionalidades voltadas ao acompanhamento, à análise e à geração de relatórios sobre o estrito cumprimento das normas de transparência pública e a qualidade das informações divulgadas.

1.2. Os materiais objeto desta contratação são classificados como bens comuns, conforme inciso VIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade amplamente definidos no mercado e, portanto, passíveis de comparação objetiva entre produtos e propostas.

1.3. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa técnica e comprovação de vantajosidade à Administração, nos termos do art. 82, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. As condições de execução, vigência, prorrogação e extinção da contratação estarão detalhadas no contrato ou instrumento equivalente, que regerá a relação jurídica entre a Administração e a empresa contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A transparência pública constitui um dos pilares fundamentais da administração pública moderna e é requisito indispensável para o cumprimento dos princípios da publicidade, eficiência e moralidade no âmbito do município de Lauro de Freitas.

2.2 A disponibilização adequada, tempestiva e íntegra das informações governamentais é uma exigência estabelecida por legislações como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), sendo rigorosamente avaliada pelos órgãos de controle externo, a exemplo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA).

2.3 Nesse cenário, o controle interno municipal assume um papel estratégico na verificação contínua do cumprimento dessas obrigações e na identificação de eventuais inconsistências ou lacunas no Portal da Transparência. Entretanto, devido ao grande volume, à diversidade e à necessidade de atualização constante dos dados, a realização desse monitoramento de forma estritamente manual torna-se limitada, morosa e suscetível a falhas, o que dificulta uma atuação preventiva, sistemática e eficiente por parte da administração pública.

2.4 Dessa forma, a contratação de um sistema informatizado com painel de monitoramento contínuo e automatizado mostra-se essencial para modernizar e fortalecer as atividades de governança de Lauro de Freitas. Essa solução tecnológica permitirá o acompanhamento permanente das informações, a rápida identificação de falhas e a geração de relatórios



gerenciais, garantindo o estrito atendimento às exigências legais, prevenindo irregularidades e promovendo maior confiabilidade e qualidade dos dados disponibilizados aos cidadãos lauro-freitenses.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Contratação de pessoa jurídica de direito privado em condições de atender os requisitos pré- estabelecidos neste Termo de Referência e executar as condições contratuais para atender as demandas pontuais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação será realizada por meio de contratação direta, por Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns e o valor global da contratação enquadra-se no limite legal, conforme demonstrado no Termo de Dispensa do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. A empresa fornecedora deverá comprovar que desenvolve atividade econômica (CNAE) compatível com o objeto da contratação, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, além de apresentar a documentação exigida no Aviso de Contratação Direta, inclusive quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista.

4.3. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta comercial, assumindo integralmente os riscos e encargos da execução contratual.

4.4. A contratação observará os requisitos de qualidade, regularidade na entrega e capacidade de execução, em conformidade com os arts. 62, 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, em razão da busca por padronização e celeridade, salvo se expressamente autorizada pela Administração e prevista no instrumento de contratação, o que não se aplica a este serviço.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. **Métodos de Execução:** A execução dos serviços dar-se-á mediante a implantação e a operação de solução tecnológica especializada, estruturada nas seguintes diretrizes:

- a) **Implantação e Monitoramento Contínuo:** O sistema informatizado será destinado ao monitoramento ininterrupto e automatizado do Portal da Transparência do Município de Lauro de Freitas. Seu escopo principal será o acompanhamento do cumprimento das normas de transparência pública e a avaliação técnica da qualidade das informações disponibilizadas.
- b) **Coleta e Análise Automatizada de Dados:** O sistema deverá realizar a varredura e a coleta automatizada de dados diretamente do Portal da Transparência municipal. A análise das informações publicadas deverá ocorrer com base em parâmetros previamente configurados, que devem englobar a legislação vigente, as boas práticas de transparência governamental e os requisitos estabelecidos pelos órgãos de controle externo (a exemplo do TCM-BA).
- c) **Painel de Controle e Relatórios Gerenciais:** A solução deverá disponibilizar um painel de



controle (*dashboard*) interativo, contemplando indicadores de desempenho, alertas imediatos de inconsistências ou lacunas informacionais, e a emissão de relatórios gerenciais. Esses instrumentos atuarão como suporte direto às atividades do Controle Interno e fundamentarão a tomada de decisão por parte da Administração Municipal.

- d) **Suporte e Manutenção:** A empresa contratada ficará obrigada a fornecer suporte técnico especializado, realizar manutenções corretivas e evolutivas, e garantir a atualização periódica da plataforma tecnológica durante toda a vigência contratual, assegurando o seu pleno funcionamento.

5.2. **Rotinas de Execução:** As rotinas de execução compreenderão, no mínimo:

- a) Implantação e parametrização inicial do sistema;
- b) Integração do sistema com o Portal da Transparência do ente;
- c) Configuração dos critérios e indicadores de monitoramento;
- d) Realização de varreduras automatizadas no portal para identificação de inconsistências ou ausência de informações;
- e) Disponibilização de painel de monitoramento para acompanhamento em tempo real;
- f) Emissão de relatórios técnicos e gerenciais;
- g) Atualização contínua dos parâmetros de monitoramento conforme alterações normativas;
- h) Prestação de suporte técnico aos usuários indicados pela Administração.

5.3. **Etapas de Execução:** A execução do objeto deverá observar as seguintes etapas:

Etapa 1 – Planejamento e Levantamento Inicial

- Reunião técnica inicial entre a contratada e a Administração;
- Levantamento das características do Portal da Transparência do ente;
- Definição dos parâmetros de monitoramento e indicadores.

Etapa 2 – Implantação do Sistema

- Instalação ou disponibilização da solução tecnológica;
- Integração com o Portal da Transparência;
- Parametrização das funcionalidades de monitoramento.

Etapa 3 – Configuração do Painel de Monitoramento

- Criação de indicadores e métricas de transparência;
- Configuração de alertas automáticos de inconsistências;
- Configuração de relatórios gerenciais.

Etapa 4 – Testes e Validação

- Realização de testes operacionais;
- Validação das funcionalidades pela unidade de controle interno;
- Ajustes necessários para pleno funcionamento.

Etapa 5 – Operação Assistida

- Início do monitoramento automatizado;



- Acompanhamento inicial pela contratada;
- Treinamento dos usuários indicados pela Administração.

Etapas 6 – Operação Contínua

- Monitoramento permanente do Portal da Transparência;
- Atualização dos relatórios e indicadores;
- Suporte técnico e manutenção do sistema.

5.4. **Frequência e Periodicidade de Execução:** O monitoramento do Portal da Transparência deverá ocorrer de forma contínua e automatizada pelo sistema, observando-se, no mínimo:

- a) Coleta automatizada de dados: diária ou conforme configuração técnica do sistema;
- b) Atualização do painel de monitoramento: em tempo real ou conforme cada ciclo de verificação;
- c) Geração de relatórios gerenciais: mensal ou sob demanda da Administração;
- d) Revisão dos parâmetros de monitoramento: sempre que houver atualização normativa ou necessidade identificada pelo controle interno;
- e) Suporte técnico: durante todo o período de vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A execução contratual deverá observar estrita conformidade com as cláusulas pactuadas, com os princípios e normas estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, cabendo às partes o fiel cumprimento de suas obrigações, sob pena de responsabilização por eventuais inadimplementos, parciais ou totais.

6.2. Na hipótese de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por ato formal da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automática e proporcionalmente ao tempo da interrupção, devendo tal alteração ser formalizada por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, desde que garantida a segurança, a autenticidade e a rastreabilidade das informações.

6.4. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, preposto formalmente indicado e aceito pela Administração, com poderes suficientes para representá-la na execução do objeto, inclusive para o recebimento de Ordens de Serviço, comunicações, notificações e aplicação de eventuais penalidades.

6.5. É obrigação da contratada reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte vícios, defeitos, falhas técnicas ou desconformidade do sistema com as especificações.

6.6. A contratada será responsável por todos os danos diretos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão na execução contratual, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a existência de fiscalização administrativa.



6.7. A inadimplência da contratada com relação a obrigações legais e contratuais não transfere à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, tampouco poderá onerar o objeto contratado.

6.8. A gestão da contratação e das Ordens de Serviço/Notas de Empenho dela decorrentes ficará sob a responsabilidade da Controladoria Geral do Município (CGM), que designará os agentes públicos responsáveis pela gestão e fiscalização, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.9. Fiscalização

6.9.1. A fiscalização da execução contratual será exercida por um fiscal de contrato, designados por Portaria específica da autoridade competente, publicada em meio oficial, conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021.

6.9.2. Os fiscais poderão ser assistidos por apoio técnico especializado, inclusive contratado pela Administração, para subsidiar tecnicamente as decisões e registros decorrentes da fiscalização.

6.9.3. O fiscal anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual e no recebimento de cada Ordem de Serviço, determinando à contratada as providências necessárias à correção de eventuais falhas ou desconformidades.

6.9.4. Sempre que identificado fato ou situação que exija deliberação superior, o fiscal deverá comunicar tempestivamente à autoridade competente, visando à adoção de medidas cabíveis.

6.9.5. O fiscal do contrato contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão atuar de forma preventiva, orientativa e corretiva, conforme suas atribuições institucionais.

6.10. Gestão do Contrato

6.10.1. O gestor do contrato designado terá as seguintes atribuições:

a) Coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização contratual, consolidando as informações formais, como Ordens de Serviço, Notas de Empenho, registros de ocorrências, aditivos e eventuais prorrogações, em histórico próprio de gerenciamento;

b) Acompanhar os registros e anotações dos fiscais do contrato a cada fatura, avaliando a execução e comunicando à autoridade superior quaisquer irregularidades que extrapolem sua competência;

c) Monitorar, durante a vigência contratual, a manutenção das condições de habilitação da contratada, apontando no relatório de riscos eventuais entraves à regular liquidação e pagamento das despesas parceladas;

d) Emitir documento de avaliação do desempenho da contratada, com base em indicadores previamente definidos e aferíveis, contemplando também eventuais penalidades aplicadas, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;



e) Adotar as providências iniciais para a instauração de processo administrativo de responsabilização, quando necessário, nos moldes do art. 158 da referida Lei;

f) Elaborar relatório final sobre a execução contratual, indicando o grau de alcance dos objetivos inicialmente propostos e sugerindo medidas para aprimoramento de futuras contratações;

g) Encaminhar a documentação pertinente à unidade responsável para fins de liquidação e pagamento de cada remessa, conforme os valores atestados pela fiscalização e validados pela gestão.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade dos serviços.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do serviço, inclusive no que tange à garantia mínima exigida.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, por se tratar de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapassa o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do processo e da Controladoria Geral do Município (CGM); o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CGM.

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta e neste Termo de Referência;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão/cancelamento da contratação nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos da remessa serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa de cada remessa solicitada, conforme seção anterior.

7.4. Forma de Pagamento



7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de Dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentações complementares e demais normas pertinentes.

8.2. Exigências De Habilitação

8.2.1. Habilitação jurídica

Para a comprovação da habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

- g) cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- h) Empresário Individual: Requerimento de Empresário, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- i) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), emitido através do Portal do Empreendedor.
- j) Sociedade Empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- k) Sociedade Simples: Ato constitutivo, devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- l) Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização para funcionamento.

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Para a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- h) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- i) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de



certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativa a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive as contribuições sociais previstas na alínea "a" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 1991.

- j) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- k) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeito de negativa.
- m) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.
- n) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

8.2.2.1. Caso o licitante seja isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição por meio de declaração da respectiva Fazenda ou documento equivalente.

8.2.3. Qualificação Técnica

8.2.3.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter prestado os serviços em características e prazo similares ao da presente contratação.

8.2.3.2. Preferencialmente, os atestados deverão apresentar o reconhecimento da firma do emitente e conter: discriminação dos serviços e período da sua realização. Deve ser assinado pela autoridade máxima do órgão ou da empresa ou por pessoa que exerce função de chefia do órgão ou da empresa.

8.2.3.3. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

8.2.4. Qualificação econômica

8.2.4.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial e Insolvência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da entrega das propostas.

8.3. A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:

- a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



A contratada se obriga a cumprir, de forma integral, todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e em sua proposta apresentada na licitação, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e pelas despesas decorrentes da execução do objeto, bem como pelas obrigações a seguir:

- a)** Executar o serviço de forma eficiente, tempestiva e em conformidade com as especificações, prazos, locais e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e na proposta vencedora;
- b)** Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as justificativas devidamente fundamentadas para eventual impossibilidade momentânea de acesso ao sistema e/ou manutenção, ficando a critério da Administração a análise e eventual acolhimento da solicitação;
- c)** Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas no processo de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- d)** Indicar preposto devidamente habilitado para representá-la junto à Administração, com poderes para praticar todos os atos necessários à fiel execução do objeto, inclusive para responder por eventuais acionamentos da garantia, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- e)** Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive com insumos, materiais, logística, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como com eventuais custos decorrentes de responsabilidade civil ou penal por danos causados à Administração ou a terceiros.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante se obriga a:

- a)** Receber a solução tecnológica implantada e operante, bem como os serviços de suporte e manutenção, conforme prazos e condições estabelecidos na Ordem de Fornecimento/Serviço, neste Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo;
- b)** Verificar, no prazo fixado, a conformidade do sistema informatizado e dos serviços prestados com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e na proposta, promovendo a validação das funcionalidades (coleta de dados, painel de controle e geração de relatórios) para fins de aceitação e consequente recebimento definitivo;
- c)** Informar formalmente à contratada, dentro do prazo legal e contratual, sobre quaisquer falhas de operação, instabilidades, erros de sistema (*bugs*) ou inconformidades constatadas na plataforma ou na prestação do suporte técnico, exigindo a imediata correção ou readequação;
- d)** Proceder ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados por portaria específica, no âmbito do órgão de Controle Interno do Município, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, promovendo os registros e relatórios pertinentes;



e) Efetuar o pagamento à contratada, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, após o ateste e recebimento dos serviços executados (implantação e mensalidades), desde que atendidas todas as exigências legais, fiscais e da contratação;

f) Isentar-se de responsabilidade por quaisquer obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial ou civil assumidas pela contratada, inclusive em relação aos profissionais por ela alocados para a implantação, operação, manutenção ou suporte do sistema;

g) Reservar-se o direito de suspender, interromper ou paralisar a execução dos serviços, a qualquer tempo, sempre que constatada irregularidade, falha crítica na plataforma, descumprimento dos níveis de serviço exigidos ou necessidade administrativa superveniente devidamente motivada, nos termos da legislação vigente.

11. ESTIMATIVA DE VALOR

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Métrica	Qtde	PREÇO ESTIMADO	
				Média Unitária (R\$)	Média Total (R\$)
1	Licença para uso de sistema informatizado de apoio à governança do controle interno, mediante implantação e operação de painel de monitoramento contínuo e automatizado do portal de transparência do município.	MÊS	12	R\$2.680,50	R\$32.166,00
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$32.166,00	

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 05 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade Orçamentária: 0501 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Projeto/Atividade: 2019

Elemento: 33904000

Fonte: 15000000 Recurso não Vinculados de Impostos

13. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.1 É recomendável que a empresa contratada observe critérios de sustentabilidade ambiental durante a execução do serviço, contribuindo para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

13.2. Para visitas, recomenda-se que os veículos utilizados estejam com a manutenção preventiva em dia e utilizem, preferencialmente, combustíveis menos poluentes ou de maior eficiência energética, de forma a minimizar a emissão de gases de efeito estufa e outros poluentes atmosféricos.

13.3 As medidas de sustentabilidade adotadas pela contratada deverão estar em conformidade com os requisitos técnicos do instrumento convocatório e serão consideradas como boas



práticas ambientais, não gerando, por si só, pontuação adicional ou bonificação, mas contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais e para a valorização de ações responsáveis nas aquisições públicas.

13.4 A adoção dessas medidas sustentáveis será registrada pelo gestor e fiscal do contrato, podendo ser objeto de reconhecimento pela Administração em futuros procedimentos licitatórios, como experiência comprovada em práticas de responsabilidade socioambiental.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As informações constantes deste Termo de Referência, relativas à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em licenciamento de solução tecnológica, não serão classificadas como sigilosas.

14.2. As condições estabelecidas neste Termo de Referência serão complementadas e detalhadas no instrumento convocatório e no respectivo instrumento contratual ou ata de registro de preços, os quais regerão a execução do objeto, observando-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata, bem como das normas de direito público aplicáveis às contratações administrativas.

14.3. A execução do serviço deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e segurança, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando o adequado atendimento das necessidades públicas e a continuidade dos serviços administrativos no âmbito das Secretarias Municipais e suas respectivas unidades.

Lauro de Freitas/BA. 18 de maio de 2026.

José Londe de Carvalho Neto
Matrícula: 126757

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos artigos 7º e 40, **AUTORIZO** o Setor competente a dar prosseguimento à instrução do processo, adotando todas as providências administrativas necessárias à deflagração da fase interna no certame, com base nas informações, justificativas e elementos técnicos constantes deste Termo de Referência.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

A instrução deverá observar integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do julgamento objetivo, assegurando a estrita conformidade com o interesse público.

Lauro de Freitas/BA, 18 de maio de 2026.

HENIO DOURADO PEREIRA
Controladoria Geral Município



ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS/BA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DADOS DA LICITAÇÃO	
DISPENSA ELETRÔNICA Nº	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
OBJETO	

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	EMAIL	
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
VALIDADE DA PROPOSTA	PRAZO DE EXECUÇÃO	

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Métrica	Qtde	PREÇO ESTIMADO	
				Média Unitária (R\$)	Média Total (R\$)
1	Licença para uso de sistema informatizado de apoio à governança do controle interno, mediante implantação e operação de painel de monitoramento contínuo e automatizado do portal de transparência do município.	MÊS	12	R\$	R\$
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$	

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para _____ fornecimento contínuo na forma abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1. O **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede no **CALF – Centro Administrativo de Lauro de Freitas / Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, S/Nº, Aracuí, Lauro de Freitas/BA, CEP:42.702-010**, neste ato representado pelo **Controlador Geral Municipal, Sr. _____**, brasileiro, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, representada neste ato por seu representante legal _____, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da **DISPENSA Nº ____/____**, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2. Constitui o objeto do presente contrato a **contratação de empresa especializada**, por meio de Dispensa de Licitação, para o fornecimento de sistema informatizado para apoio à governança e às atividades do Controle Interno do Município de Lauro de Freitas. A solução deve contemplar a implantação e a operação de um painel de monitoramento contínuo e automatizado do Portal da Transparência municipal, integrando funcionalidades voltadas ao acompanhamento, à análise e à geração de relatórios sobre o estrito cumprimento das normas de transparência pública e a qualidade das informações divulgadas, cuja descrição detalhada bem como as obrigações assumidas pela mesma, constam do processo de contratação direta por Dispensa de Licitação n.º ____/2026, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE FORNECIMENTO E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – DA CONTRATADA

A contratada se obriga a cumprir, de forma integral, todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e em sua proposta apresentada na licitação, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e pelas despesas decorrentes da execução do objeto, bem como pelas obrigações a seguir:

a) Executar o serviço de forma eficiente, tempestiva e em conformidade com as especificações, prazos, locais e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e na proposta vencedora;



- b) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as justificativas devidamente fundamentadas para eventual impossibilidade momentânea de acesso ao sistema e/ou manutenção, ficando a critério da Administração a análise e eventual acolhimento da solicitação;
- c) Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas no processo de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- d) Indicar preposto devidamente habilitado para representá-la junto à Administração, com poderes para praticar todos os atos necessários à fiel execução do objeto, inclusive para responder por eventuais acionamentos da garantia, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive com insumos, materiais, logística, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como com eventuais custos decorrentes de responsabilidade civil ou penal por danos causados à Administração ou a terceiros.

II - DA CONTRATANTE:

A Contratante se obriga a:

- a) Receber a solução tecnológica implantada e operante, bem como os serviços de suporte e manutenção, conforme prazos e condições estabelecidos na Ordem de Fornecimento/Serviço, neste Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo;
- b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade do sistema informatizado e dos serviços prestados com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e na proposta, promovendo a validação das funcionalidades (coleta de dados, painel de controle e geração de relatórios) para fins de aceitação e consequente recebimento definitivo;
- c) Informar formalmente à contratada, dentro do prazo legal e contratual, sobre quaisquer falhas de operação, instabilidades, erros de sistema (bugs) ou inconformidades constatadas na plataforma ou na prestação do suporte técnico, exigindo a imediata correção ou readequação;
- d) Proceder ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados por portaria específica, no âmbito do órgão de Controle Interno do Município, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, promovendo os registros e relatórios pertinentes;
- e) Efetuar o pagamento à contratada, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, após o ateste e recebimento dos serviços executados (implantação e mensalidades), desde que atendidas todas as exigências legais, fiscais e da contratação;
- f) Isentar-se de responsabilidade por quaisquer obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial ou civil assumidas pela contratada, inclusive em relação aos profissionais por ela alocados para a implantação, operação, manutenção ou suporte do sistema;



g) Reservar-se o direito de suspender, interromper ou paralisar a execução dos serviços, a qualquer tempo, sempre que constatada irregularidade, falha crítica na plataforma, descumprimento dos níveis de serviço exigidos ou necessidade administrativa superveniente devidamente motivada, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa de cada remessa solicitada, conforme seção anterior.

4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Órgão: 05 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade Orçamentária: 0501 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Projeto/Atividade: 2019

Elemento: 33904000

Fonte: 15000000 Recurso não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA SEXTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Serão aplicadas sanções administrativas à CONTRATADA que cometer qualquer prática considerada ilícita conforme exposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas tendo por base a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo incidir, em caso de descumprimento contratual, multas ou descontos, bem como, em casos mais graves, rescisão.

6.2. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

6.3. As sanções aplicadas serão registradas no SICAF ou sistema equivalente, para fins de controle e publicidade, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA SETIMA - DA EXTINÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Reconhecidos os direitos da Administração, previstos nos arts. 137 a 139 da Lei Federal n.º 14.133/21, este Contrato poderá ser extinto ainda:

I - pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsistam condições para a continuidade dele;

II - pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.

§ 1º. Mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, poderá haver a rescisão unilateral deste instrumento, reduzida a termo no processo, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, na forma estabelecida na Lei Federal n.º 14.133/21.

§ 2º. Poderá, também, ocorrer a rescisão amigável deste contrato, por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente, desde que haja conveniência administrativa, na forma estabelecida na Lei Federal n.º 14.133/21.

§ 3º. As partes poderão, também, alterar esse instrumento de Contrato, através de Termo Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na legislação contratual específica sobre o assunto, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento.

8 CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução contratual deverá observar estrita conformidade com as cláusulas pactuadas, com os princípios e normas estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, cabendo às partes o fiel cumprimento de suas obrigações, sob pena de responsabilização por eventuais inadimplementos, parciais ou totais.

Na hipótese de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por ato formal da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automática e proporcionalmente ao tempo da interrupção, devendo tal alteração ser formalizada por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, desde que garantida a segurança, a autenticidade e a rastreabilidade das informações.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, preposto formalmente indicado e aceito pela Administração, com poderes suficientes para representá-la na execução do objeto, inclusive para o recebimento de Ordens de Serviço, comunicações, notificações e aplicação de eventuais penalidades.

É obrigação da contratada reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte vícios, defeitos, falhas técnicas ou desconformidade do sistema com as especificações.

A contratada será responsável por todos os danos diretos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão na execução contratual, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a existência de fiscalização administrativa.



A inadimplência da contratada com relação a obrigações legais e contratuais não transfere à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, tampouco poderá onerar o objeto contratado.

A gestão da contratação e das Ordens de Serviço/Notas de Empenho dela decorrentes ficará sob a responsabilidade da Controladoria Geral do Município (CGM), que designará os agentes públicos responsáveis pela gestão e fiscalização, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.1 Fiscalização

8.1.2. A fiscalização da execução contratual será exercida por um fiscal de contrato, designados por Portaria específica da autoridade competente, publicada em meio oficial, conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8.1.3. Os fiscais poderão ser assistidos por apoio técnico especializado, inclusive contratado pela Administração, para subsidiar tecnicamente as decisões e registros decorrentes da fiscalização.

8.1.4. O fiscal anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual e no recebimento de cada Ordem de Serviço, determinando à contratada as providências necessárias à correção de eventuais falhas ou desconformidades.

8.1.5. Sempre que identificado fato ou situação que exija deliberação superior, o fiscal deverá comunicar tempestivamente à autoridade competente, visando à adoção de medidas cabíveis.

8.1.6. O fiscal do contrato contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão atuar de forma preventiva, orientativa e corretiva, conforme suas atribuições institucionais.

8.2 Gestão do Contrato

O gestor do contrato designado terá as seguintes atribuições:

8.3 Coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização contratual, consolidando as informações formais, como Ordens de Serviço, Notas de Empenho, registros de ocorrências, aditivos e eventuais prorrogações, em histórico próprio de gerenciamento;

8.4 Acompanhar os registros e anotações dos fiscais do contrato a cada fatura, avaliando a execução e comunicando à autoridade superior quaisquer irregularidades que extrapolem sua competência;

8.5 Monitorar, durante a vigência contratual, a manutenção das condições de habilitação da contratada, apontando no relatório de riscos eventuais entraves à regular liquidação e pagamento das despesas parceladas;



8.6 Emitir documento de avaliação do desempenho da contratada, com base em indicadores previamente definidos e aferíveis, contemplando também eventuais penalidades aplicadas, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

8.7 Adotar as providências iniciais para a instauração de processo administrativo de responsabilização, quando necessário, nos moldes do art. 158 da referida Lei;

8.8 Elaborar relatório final sobre a execução contratual, indicando o grau de alcance dos objetivos inicialmente propostos e sugerindo medidas para aprimoramento de futuras contratações;

8.9 Encaminhar a documentação pertinente à unidade responsável para fins de liquidação e pagamento de cada remessa, conforme os valores atestados pela fiscalização e validados pela gestão.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO

A concessão de reajustamento fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou Índice Geral de Preços - IGPM da Fundação Getúlio Vargas, o que for menor à época, ou, na falta de qualquer deles, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir, e será procedida independentemente da solicitação do interessado.

Parágrafo Único A revisão de preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, sob pena de preclusão do direito ao reajuste referente ao período aquisitivo vencido, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A recomposição dos preços dos itens objeto do contrato reger-se-ão de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro da CONTRATADA, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual entre o preço dos itens adquiridos por ela no distribuidor e o ofertado ao CONTRATANTE em sua proposta na época da contratação.

§ 1º. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pela CONTRATADA quando da entrega da fatura de fornecimento/prestação de serviços e das notas fiscais de aquisição dos produtos junto ao fornecedor, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.

§ 2º. Não serão considerados pedidos de reequilíbrio de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.

§ 3º. O preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pela CONTRATADA ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Considerando tratar-se de contrato de serviços



continuados, a vigência pode ser prorrogada até o limite decenal do art 107 da Lei 14.133/2021, uma vez que o referido regime possibilita ter a sua vigência inicial por até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORÇA MAIOR

12.1 Caso a **CONTRATADA**, por motivo de força maior, fique temporariamente impedido de cumprir, total ou parcialmente, as suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização, ainda que verbalmente, ratificando por escrito.

§ 1º. Na ocorrência de motivo de força maior, o contrato será suspenso enquanto perdurarem os seus efeitos, podendo qualquer das partes propor o distrato, ficando o **CONTRATANTE** obrigado ao pagamento da importância correspondente ao valor dos materiais/produtos já fornecidos.

§ 2º. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** não responderão entre si por atraso decorrente de força maior.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

§ 1º. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

§ 2º. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

§ 3º. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

§ 4º. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

§ 5º. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

I - Caso a **CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade**



pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

II - A CONTRATADA deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a)** Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b)** Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

§ 6º. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Fica eleito o foro do Município de Lauro de Freitas/BA, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato.

14.2 Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de duas testemunhas.

Lauro de Freitas/BA, xx de xxxxxxxx de 2026.

CONTRATANTE

**REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA**



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/2006 EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP))

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição () de Microempresa (ME) [ou] () de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/2006.

Lauro de Freitas, de de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A empresa _____, declara para os devidos fins licitatórios que não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Lauro de Freitas de de 2026.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSITIVO NO INC.XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Lauro de Freitas de de 2026.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA